

MEIO AMBIENTE

Ambientalistas denunciam uso de área para parque em loteamento e pedem que deputados retirem de pauta condomínios com irregularidades. Carta Ambiental reivindica proteção ao Distrito Federal

S.O.S. para a natureza

Da Redação

O pacote de regularização de condomínios enviado à Câmara Legislativa pelo Governo do Distrito Federal em meados deste ano está na mira dos ambientalistas. Pelo menos 36 condomínios devem ser retirados da pauta de votação, conforme reivindicação dos participantes da 3ª Conferência Ambiental do DF e Entorno. Os projetos não têm estudo de impacto ambiental ou contrariam recomendações de entidades de defesa do meio ambiente.

Entre os condomínios citados na Carta Ambiental 2001 — documento com sugestões de medidas ambientais que será entregue segunda-feira ao governador Joaquim Roriz e outras autoridades — está o Morada Imperial, em Sobradinho. Localizado no Setor Habitacional Boa Vista, o condomínio está sendo construído sobre parte do terreno onde deverá ser implantado o Parque Paranoazinho. A destinação da área para parque está prevista no Plano Diretor Local (PDL).

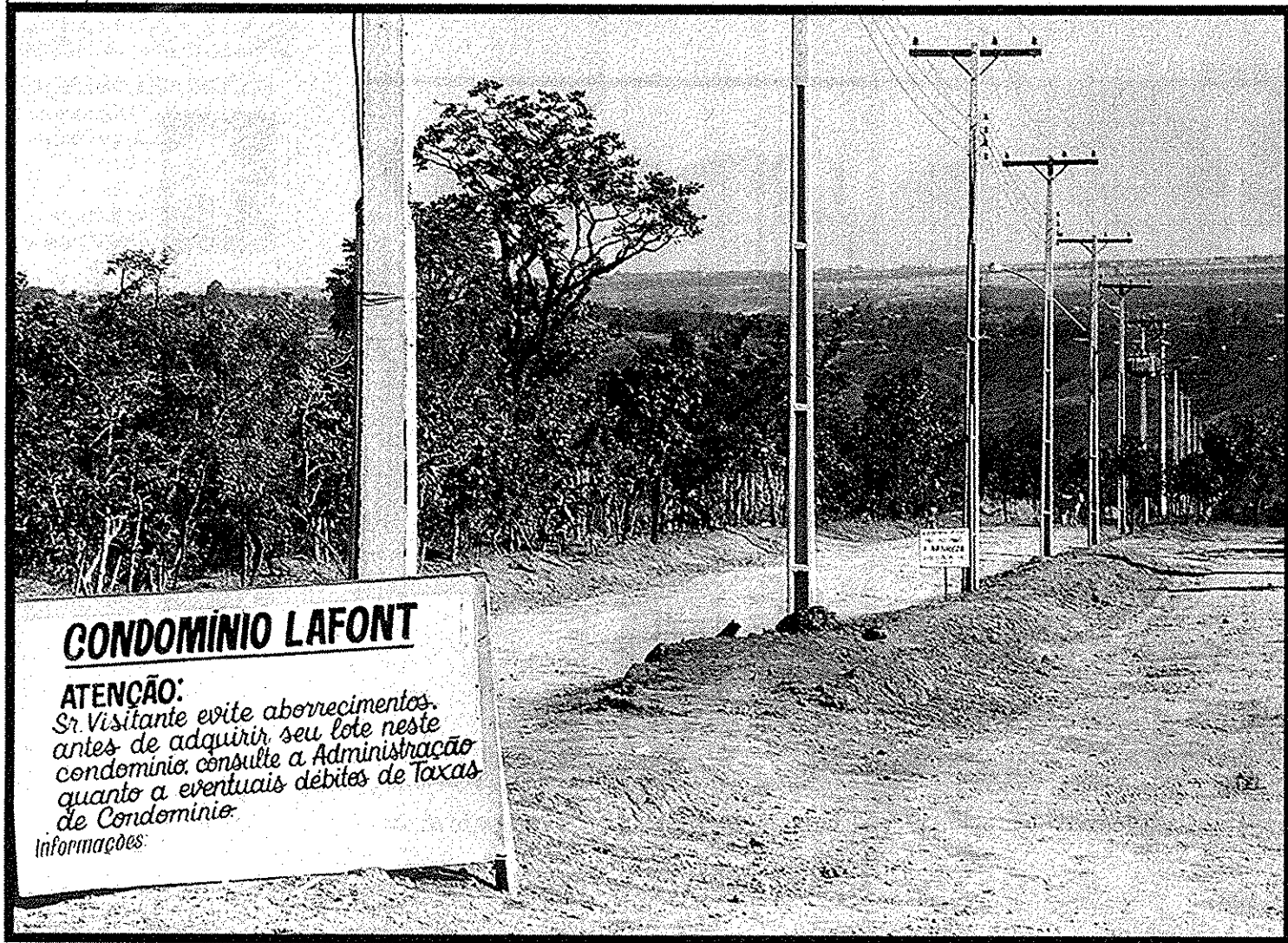
O Estudo de Impacto Ambiental feito na área apontou para a desconstituição do Condomínio Morada Imperial. No Paranoá, o Condomínio La Font também está sendo projetado irregularmente. Ele ocupa uma área de mananciais da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (Caesb) que já teria feito pareceres contra o loteamento.

Os problemas ambientais do Distrito Federal foram debatidos na terça-feira passada, durante a realização da Conferência. Os dois principais assuntos do encontro, promovido pelo Fórum de ONGs Ambientistas do DF, foram o agravamento da ocupação desordenada do solo e o zoneamento ecológico e econômico (ZEE). O pacote dos loteamentos começou a ser votado na segunda quinzena de outubro e, até agora, 14 condomínios foram aprovados.

“DESCARAMENTO”

Cerca de mil pessoas compareceram ao auditório do Ministério Público do DF para assistir às palestras e debates, que resultaram na Carta Ambiental 2001. O procurador da República Alexandre Camanho destacou dois pontos críticos da questão ambiental no DF. Primeiro, observou que o poder público federal não tem cumprido seu papel na preservação ambiental. “Muitas vezes, os responsáveis acham que são questões locais, por conta da emancipação do Distrito Federal. Mas

Jefferson Rudy 27.5.00



CONDOMÍNIO LA FONT ESTÁ ENTRE OS QUE SÃO PROJETADOS IRREGULARMENTE: OCUPAÇÃO DE ÁREA DE MANANCIAIS DA CAESB AFETA CONSUMIDOR

O QUE DIZ A CARTA

ZONEAMENTO

O GDF deve proibir parcelamento de terra até que seja concluído o Zoneamento Ecológico do Solo (ZEE), um estudo das condições ambientais que estabelece o que pode ou não ser feito numa determinada área.

UNIVERSIDADE

Deve ser solicitado o auxílio da Universidade de Brasília (UnB), que já teria estudos na área, contribuindo para diminuir o custo do ZEE.

CONCURSO

Abertura imediata de concurso público para o cargo de fiscal ambiental do DF, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Atualmente, há apenas 11 fiscais e dois carros para realizar o serviço. O déficit é de 60 profissionais.

REGULARIZAÇÃO

Exclusão de 30% dos 120 condomínios que estão com processo de regulamentação tramitando

na Câmara Legislativa. Segundo a Carta, não foi feito qualquer estudo ambiental para esses condomínios, que mesmo assim teriam passado para a fase de votação.

PATRIMÔNIO

Vinculação do patrimônio ambiental de Brasília ao patrimônio histórico, para que o meio ambiente possa ser protegido da mesma forma que os bens arquitetônicos da cidade.

30% dessas terras e 49% das ações da Terracap pertencem à União.”

Depois, Camanho afirmou que o modo de atuação do poder público distrital é “descarado”. Segundo o procurador, problemas como mudança de destinação de áreas, ocupação irregular do solo, grilagem de terras e poluição de parques e bacias hidrográficas da região comprovam isso. Por fim, ele cobrou mais ação

e menos discussões inúteis. “Não se faz defesa do meio ambiente com reunião de engratados ou golpes de caneta”, resumiu.

O secretário executivo do Fórum de ONGs, César Espírito Santo, destacou a necessidade de se cumprir o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e os Planos Diretores Locais (PDL), com participação da sociedade civil. “A situação não vai

mudar se cada cidadão continuar de braços cruzados.”

Já a gerente executiva do Ibaema/DF, Eulália Machado, citou outras preocupações dos ecologistas, como os problemas do Paranoá, Descoberto e Lago Oeste. “Crime ambiental começa no descumprimento e mesmo na indefinição de políticas públicas para o meio ambiente”, disse ela.

MEMÓRIA

Votação recorde

Em outubro, o Correio noticiou a divergência entre governistas e oposição sobre o pacote de regularização dos condomínios no DF. A intenção das lideranças do governo era aprovar todos os projetos em recortes nove sessões da Câmara Legislativa. A oposição argumentou que apenas 51 dos 120 condomínios tinham condições de ser votados, da maneira como foram apresentados. Os demais não apresentavam estudos de impacto ambiental, contrariavam os existentes ou não tinham delimitações claras de áreas. Pelo cronograma atual, os deputados têm até março de 2002 para votar os projetos.